Aos oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dez às 17h07min., na sala de audiências, desta 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, na presença da Excelentíssima Juíza do Trabalho: **MARIA DE LOURDES LEIRIA**, foram apregoadas as partes: **DIRCEU RIBEIRO DE ANDRADE**, autor e **CREMER S/A**, ré, foi proferida a seguinte

S E N T E N Ç A

Vistos e examinados.

DIRCEU RIBEIRO DE ANDRADE, qualificado na inicial, ajuíza a presente ação contra **CREMER S/A**, postulando o pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente a 150 remunerações por ele recebidas ou, de forma sucessiva, pelo valor a ser arbitrado pelo Juiz, indenização do art. 477 da CLT; a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça e honorários assistenciais.

Baseia suas postulações nos fatos que apresenta com a petição inicial. Junta documentos e dá à causa o valor de R\$ 22.000,00.

A reclamada apresenta defesa, arguindo a inépcia do pedido de indenização por danos morais. No mérito, alega que despediu o autor sem justa causa, sendo o ato uma prerrogativa do empregador, impugnando as alegações do autor em relação aos danos morais sofridos, sendo ônus do obreiro a prova. Requer a improcedência da demanda. Junta documentos, tendo o autor se manifestado na fl.36.

No prosseguimento, não houve conciliação, sendo ouvidas uma testemunha do autor e duas a convite da reclamada, sendo uma por utilização do depoimento da testemunha Luiz Carlos Ferreira de Souza colhido no autos nº 3008/10. Sem outras provas, foi encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas, recusada a proposta conciliatória final. É o relatório.

D E C I D O

PRELIMINAR

DA INÉPCIA DA INICIAL

A ré alega que é inepto o pedido de indenização por danos morais por ausência de causa de pedir.

A petição inicial e os pedidos atendem os requisitos mínimos exigidos no art. 840, § 1º da CLT e não prejudicaram a defesa. Rejeito.

NO MÉRITO

1 – DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Alega o reclamante que após ter participado do movimento grevista da categoria foi despedido, como forma de retaliação por ter se ausentado do serviço e participado da greve. Afirma que sempre agiu de forma profissional e eficiente e que a despedida após a participação na greve teve caráter punitivo e lhe causou constrangimento. Requer a indenização por dano moral.

A reclamada afirma que o reclamante foi despedido sem justa causa e que cumpriu todas as obrigações pela ruptura do contrato, não havendo ilícito por ação ou omissão nem dano de ordem patrimonial ou moral ao obreiro. Alega que o

motivo da despedida não foi o fato de o autor ter participado de greve, sendo o ônus da prova do empregado.

A reclamada despediu de 15 a 20 pessoas no dia seguinte ao término da greve, sendo escolhidas pessoas “negativas” e que “não eram a favor da empresa”, conforme extrai-se do depoimento da testemunha da reclamada (fls. 39 v.). Declarou, ainda, a Sra. Rosemeri “que o autor era contra as iniciativas da empresa e instigava outras pessoas a ser contra”.

O autor nunca havia sido punido, trabalhava na empresa desde 1995, restando comprovado que a despedida após o movimento paretista ocorreu como forma de retaliação, discriminação e punição ao exercício de seu direito constitucional de greve.

Assim, a despedida sem justa causa é considerada arbitrária e praticada em abuso ao poder diretivo do empregador.

O fato de outros empregados terem sido despedidos no mesmo dia do autor e não terem participado da greve e as declarações da testemunha Sr. Luiz Carlos Ferreira de Souza (fl.41), no sentido de que participou da greve e que não sofreu retaliação ou humilhação por ter participado, não invalida a prova oral produzida em relação ao autor.

Destaca-se que a referida testemunha (Sr. Luiz Carlos), ouvida a convite da ré, declarou que não tem conhecimento que o autor ou outro funcionário tenha sofrido retaliação após a greve, o que restou afastado pelas declarações da testemunha Sra. Rosemeri, ouvida a convite da própria reclamada.

Alice Monteiro de Barros ensina que “São direitos dos grevistas a utilização de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem a greve, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.”¹

O direito de greve está assegurado no artigo 9º da Constituição Federal, sendo que a violação e retaliação ao exercício desse direito pela reclamada configura-se discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, inciso XLI, da CF), bem como constrangimento e afronta à imagem e a dignidade de trabalhador, gerando direito à compensação pelo dano moral causado ao trabalhador.

As atitudes da empresa afrontam a Constituição Federal, porquanto a inviolabilidade da integridade, honra e imagem da pessoa estão asseguradas no inciso X do seu artigo 5º da CF. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República (art. 1º, III, CF).

Quanto ao dano moral, o sofrimento dele decorrente é identificado pela violação presumida à honra do indivíduo, com fundamento no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal.

Nesse sentido tem decidido o TST:

[...] DANOS MORAIS. DESPEDIDA COM INTUITO DISCRIMINATÓRIO. INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 4.964,18. O

¹BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 6. ed. Rev. e ampl. - São Paulo: LTr, 2010, pag. 1311.

Tribunal Regional manteve a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, com o que não se conforma a Reclamada, ao negar a ocorrência de dano e a culpa empresarial. Pelos argumentos apresentados pela Reclamada, fica evidente que a indicação de violação do art. 186 do Código Civil está baseada em premissa fática diversa da consignada no acórdão recorrido. Registrado pela Corte de origem que foram provados o intuito discriminatório da dispensa do Autor, a responsabilidade da empresa e o nexos de causalidade, a revisão da decisão na forma pretendida pela Reclamada, que nega a produção do dano e a culpa da empresa, depende de novo exame de fatos e provas, procedimento vedado em recurso de revista, nos termos da Súmula nº 126 desta Corte. Recurso de revista de que não se conhece [...] **Processo:** RR - 42900-39.2008.5.04.0403 **Data de Julgamento:** 22/09/2010, **Relator Ministro:** Fernando Eizo Ono, 4ª Turma, **Data de Divulgação:** DEJT 08/10/2010.

Destacam-se os fundamentos da decisão:

“[...]na hipótese dos autos, restou comprovada a perseguição à pessoa do autor, tendo se perpetrado a despedida por motivos não declarados formalmente, mas reconhecidos e dados a divulgar no ambiente de trabalho do autor, já que foi utilizado como instrumento de retaliação ao exercício do direito de greve e de repressão a intenção de novamente exercê-lo, servindo o autor como exemplo no âmbito coletivo e amargando pessoalmente as agruras da extinção do contrato por motivos que afrontam a ordem Constitucional vigente. Assim, pelo conjunto fático-probatório, conclui-se ter o reclamante sido ofendido em sua honra e dignidade moral, tendo em vista que o trabalho é não só um dever, mas um direito do empregado. Os mecanismos desenvolvidos pela demandada, de forma insidiosa e abrupta, por meio de constrangimento imediato (despedida com afastamento imediato), hão de ser severamente reprimidos, para que fatos como estes não prosperem. A situação repressora adotada pela reclamada, elegendo `exemplos- logo após a adesão ao movimento paredista, privando o autor de trabalhar, expondo-o a todos os outros colegas, ofende, profundamente, a dignidade e a imagem da pessoa, garantia constitucionalmente assegurada [...]”

Isso posto, condeno a reclamada a pagar a indenização por danos morais no importe de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), considerando-se o período trabalhado, a natureza do ato ocorrido, o ataque à honra e a dignidade do empregado, a capacidade financeira do ofensor e o caráter educativo da indenização, que não surtirá efeito se fixada de forma irrisória.

2 – INDENIZAÇÃO DO ART. 477 DA CLT

Indefiro a indenização do art. 477, § 8º da CLT.

Não houve atraso no pagamento das verbas rescisórias que a reclamada entendia devidas, restando comprovado que o houve o depósito da rescisão contratual em 24-10-2008, ou seja, no 5º dia útil após a rescisão (18-10-2008), conforme documentos das fls. 33-4, não invalidados. Assim, o fato de a homologação ter ocorrido em 16-12-2008 não implica em considerar o descumprimento do disposto no art. 477, § 6º, da CLT.

3 - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Juros e correção monetária incidem a partir da sentença (Súmula 362 do STJ). A correção monetária será aplicada conforme Tabelas do Setor de Perícias do E.TRT (Res. 08/2005 do CSJT).

4 – JUSTIÇA GRATUITA/HONORÁRIOS

No processo do trabalho, o empregado goza dos benefícios da Justiça Gratuita, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família (artigo 4º da Lei nº 1.060/50). Defiro a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita ao autor, em razão da declaração firmada na inicial.

Devidos honorários assistenciais, no importe de 15% sobre o valor da condenação (incluído INSS e IR, conf. OJ 348 do TST), em razão da juntada de credencial sindical e cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei 5.584/70 (Súmulas 219 e 329 do E. TST).

5- DA NATUREZA DAS VERBAS DEFERIDAS

Em cumprimento ao disposto no parágrafo terceiro do art. 832 da CLT, declaro que as verbas deferidas na presente ação são de natureza indenizatória, não havendo incidência de descontos previdenciários e fiscais.

ANTE O EXPOSTO, rejeito a preliminar de inépcia da inicial e julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a ação, para condenar a reclamada **CREMER S/A** a pagar ao reclamante **DIRCEU RIBEIRO DE ANDRADE**, nos termos da fundamentação, no prazo legal, após o trânsito em julgado e liquidação por cálculos, acrescido de juros e correção monetária:

a) indenização por danos morais no importe de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Não há incidência de contribuições previdenciários e fiscais. Defiro a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita ao autor.

A reclamada pagará, ainda, custas processuais de R\$ 300,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R\$ 15.000,00 e honorários assistenciais, no importe de 15% sobre o valor da condenação (incluído INSS e IR, conf. OJ 348 do TST), em razão da juntada de credencial sindical e cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei 5.584/70 (Súmulas 219 e 329 do E. TST).

Publicada em audiência.

Cientes as partes. Nada mais.

MARIA DE LOURDES LEIRIA
Juíza do Trabalho